

DA MONARQUIA À REPÚBLICA

Manuel Correia de Andrade

1 – UMA INDEPENDÊNCIA ATÍPICA – MONARQUIA E UNIDADE

A Independência do Brasil, em 1822, resultou de um ato do Príncipe Regente, D. Pedro, herdeiro do Trono português, que separou os dois países, ligados desde 1816 por uma União Pessoal. Havia, no Brasil, uma corrente de políticos que pleiteava a Independência com a República, como Gonçalves Lêdo, no Rio de Janeiro, e Gervásio Pires Ferreira, em Pernambuco, mas o Príncipe, aconselhado por José Bonifácio, antecipou-se aos mesmos e usando a força do seu cargo, fez o Brasil independente, sob o seu cetro.

É o que se pode considerar como uma independência atípica na América Latina, de vez que nos países colonizados pela Espanha, embora houvesse libertadores com idéias monarquistas, estas idéias não vingaram neles. As experiências monárquicas no México e no Haiti foram de pequena duração, enquanto no Brasil a monarquia se estruturou e perdurou durante 67 anos, até 1889. Por que isto teria acontecido?

A monarquia ganhou forças no Brasil pelo fato de o Rei de Portugal, ao ter o seu país ocupado pelas forças de Napoleão, haver transferido a Corte para o Rio de Janeiro e estruturado as bases de organização de um império americano. Assim, oito anos após a sua chegada, quando já se iniciavam os movimentos em favor da Independência na América, ele elevou a Colônia à categoria de Reino, unido a Portugal e Algarves. Tentativas republicanas, como a Inconfidência Mineira (1789), a Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, haviam sido reprimidas com a maior violência.

Voltando a Portugal, o Rei D. João VI deixou no país o próprio Príncipe Herdeiro, como Regente, temeroso que estava de que políticos brasileiros

fizessem a Independência, desligando inteiramente o país de Portugal. Na Corte, a idéia de uma reaproximação entre os dois países, era clara; D. Pedro, ao se proclamar Imperador do Brasil, não renunciou ao Trono português, ele procurou conservar as duas coroas, após a morte de D. João, até ser forçado a renunciar a de Portugal em favor de D. Maria da Glória.¹

O sistema monárquico ao qual o Brasil estava submetido desde o século XVI, naturalmente contribuiu para que a unidade do país fosse mantida, neutralizando as fortes aspirações regionais que se externaram na Confederação do Equador, na República Baiense e na República de Piratini. Para a grande massa da população o respeito a um Rei era muito maior do que a um general, a um político ou a um líder revolucionário que tentasse levar o país à República. Mesmo em uma Monarquia Constitucional, em que se admitia que o poder de Rei derivava de delegação do povo, ainda persistia a idéia de que a pessoa do soberano era sagrada. José Bonifácio, com sua larga cultura e seu senso político, soube captar estes sentimentos da massa para implantar um sistema monárquico, manter as províncias sob o controle do poder central e preservar as estruturas coloniais.

2 – ESTRUTURAS DE SUSTENTAÇÃO DO IMPÉRIO

Feita a Independência sob a forma monárquica de Governo e realizada a conquista de todo o território brasileiro, procurou José Bonifácio dotar o país de uma Constituição conservadora. D. Pedro, em seus arroubos, tinha dificuldade de conciliar a sua condição de Príncipe, formado em uma Monarquia Absoluta, com as idéias liberais esposadas pelos seus principais seguidores, daí as suas atitudes contraditórias de convocar uma Assembléia Constituinte e depois fechá-la, prendendo os principais líderes e outorgando em seguida uma Constituição bem próxima da que os constituintes elaboravam. Era uma Constituição altamente centralizadora, mas com ligeiras reformas foi mantida em vigor por quase setenta anos.

A Constituição de 1824 era conservadora e tornava o Brasil um país centralizado; negava autonomia às províncias, mantinha o sistema escravocrata, e permitia o fortalecimento da grande propriedade. Dava ainda ao Imperador um grande poder, de vez que ele exercia, ao mesmo tempo, o Poder Executivo e o Moderador, cabendo-lhe a prerrogativa de dissolver a Câmara sempre que essa dissolução lhe parecesse necessária. Mantinha um Senado Vitalício, sendo os senadores escolhidos pelo Imperador, dentre os três candidatos mais votados. O Judiciário ficava também, até certo ponto, sob o controle do Executivo.

Numerosos foram os juristas que advogaram a necessidade de extinção do Poder Moderador que, na realidade, dava poderes ditatoriais ao Monarca. Para compreender a engrenagem política do Segundo Reinado é interessante que se medite sobre o livro em que Joaquim Nabuco² estuda a figura de seu pai. Controlando o Senado, designando o Presidente do Conselho e, em conseqüência, os ministros, e podendo dissolver a Câmara, um Imperador hábil como Pedro II, governaria o país, segundo seus desejos, até que a velhice precoce fez cair a sua capacidade política.

Analisando-se as instituições que sustentavam o Império, apoiadas, naturalmente, na Constituição outorgada e nas leis existentes, observa-se que três se sobressaíram: a Igreja Católica, os proprietários de terras e escravos e as Forças Armadas. A Igreja Católica, como religião oficial, tinha muita influência na vida política do país e mantinha um grande controle sobre o Governo, até a Questão Religiosa, em 1873. ³ Havia uma troca de influência entre o Poder Temporal, representado pelo Governo, e o Poder Espiritual, representado pelo Clero. Clero quase sempre ligado ao Imperador e aos políticos de maior influência, de vez que a Constituição Imperial patrocinava o padroado e o beneplácito. ⁴ Assim, o Império pagava salário aos padres — a côngruas — e interferia na nomeação dos bispos. As decisões do Papa só eram válidas depois de obterem o *placet* do Imperador. Mesmo na Questão Religiosa, quando os bispos de Olinda e do Pará se rebelaram contra o Gabinete Rio Branco, foram numerosos os padres e até bispos que não os apoiaram.

Os grandes proprietários se faziam representar no Parlamento, nas Câmaras Municipais e nas Assembléias Provinciais, na Magistratura e na Presidência das Províncias. Detinham o controle da propriedade da terra, dedicavam-se à cultura dos produtos de exportação, recebiam títulos e concessões reais, se enriqueciam e apoiavam o Governo com as suas milícias, quando surgiam revoltas populares, fato que pode ser constatado na Regência, com revoltas como a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra dos Cabanos, a Sabinada, assim como em revoltas ocorridas no Segundo Reinado, como a do Quebra-Quilos e do Ronco da Abelha. Também participavam de revoltas contra o Poder Central quando tinham os seus interesses imediatos contrariados, como ocorreu na Revolução Farrroupilha, nas revoluções liberais de 1842, em Minas e São Paulo, e na Praieira (1848-49).

O poder dos proprietários de terra era tão grande que manteve o sistema escravocrata no Brasil até 1888, quando a Abolição já havia sido feita em todos os países da América. O controle da propriedade foi mantido através de uma legislação que lhe era inteiramente favorável.

É comum afirmar-se que a maior influência política das Forças Armadas consolidou-se com a Proclamação da República, admitindo-se que no período Imperial ao Exército se contrapunha a Guarda Nacional, criada no período Regencial, quando o Exército fez vários levantes e perdeu a confiança das classes dominantes. Durante o Segundo Reinado, porém, a sua força e o seu prestígio se mantiveram em ascensão, à proporção que foram sendo reprimidas e vencidas as revoltas ocorridas entre 1831 e 1849. Daí o grande prestígio que desfrutavam gerais como Caxias, Osório, Pelotas, Porto Alegre, em face das vitórias alcançadas nas lutas internas e no Prata. Com a Guerra do Paraguai, então, o prestígio da oficialidade chegou a tal ponto que os dois grandes partidos — o Liberal e o Conservador — procuraram ter em suas fileiras os dois generais de maior prestígio — Caxias como paladino dos conservadores e Osório dos liberais.

O Império possuía também uma das mais bem dotadas marinhas de guerra do mundo, o que lhe foi de grande utilidade nas guerras contra a Argentina e o Paraguai e na luta contra rebeldes na área costeira. A Marinha tinha uma oficialidade em sua grande maioria, da nobreza, sendo uma das instituições mais fiéis à Monarquia. Mesmo após a Proclamação da República, o Almirante Salda-

nha da Gama fazia profissão de fé monarquista e dizia que se estivesse no Brasil a 15 de novembro, o resultado teria sido diferente. Numerosos oficiais tinham títulos de nobreza, como Tamandaré e Inhaúna.

3 — O IMPÉRIO SE EXAURIU

Por que o Império se exauriu e caiu em 1889, praticamente sem oferecer a menor resistência?

Várias foram as causas que provocaram o enfraquecimento do sistema Imperial e o levaram à queda em 89; entre estas causas podem ser citadas tanto as de ordem econômica como as de ordem política. Foi impressionante a incapacidade da sociedade brasileira, no período Imperial, de se modernizar; voltada inteiramente para a exportação de produtos primários — café, fumo, algodão, cacau, borracha, açúcar —, a elite brasileira não procurou abrir caminhos no processo de industrialização. Até a abertura de estradas de ferro de penetração seria realizada apenas na segunda metade do século XIX e de forma tão lenta que ao ser proclamada a República a rede ferroviária não tinha 10.000 km.

A indústria açucareira paralisou na manufatura dos bangüês e só a partir de 1880 é que se tentou, de forma não planejada, instalar os primeiros engenhos centrais e usinas que produziriam um açúcar capaz de competir com o das Antilhas. Os portos eram extremamente deficientes, dificultando a carga e a descarga de mercadorias.

As indústrias têxteis se desenvolveriam somente a partir de 1882, quando a conquista do Egito, pela Inglaterra, fez com que esta suspendesse praticamente as importações de algodão oriundas do Brasil, obrigando os comerciantes brasileiros a instalar fábricas de tecidos nos antigos portos de exportação.⁵

Mesmo assim, para construir portos, estradas de ferro e indústrias, caminhou o Império para uma política de concessões a capitais estrangeiros e estes passaram a controlar a economia do país. Industriais arrojados, como o Visconde de Mauá, que aplicou capitais nos mais diversos setores — construção de estradas de ferro, de portos, em navegação, em bancos —, não recebeu estímulos governamentais e faliu completamente desprotegido.⁶ Muito dinheiro foi desbaratado com subsídios e mau emprego de capital através de concessões feitas a políticos e proprietários, durante o Império. A imigração de colonos europeus, italianos sobretudo, por exemplo, subsidiada pelo Estado, encobriu grandes negociatas beneficiando companhias de colonização. E a permanência da escravidão, sobretudo nas áreas de economia menos dinâmica, como a Província do Rio de Janeiro, constituía um entrave, um bloqueio ao desenvolvimento e à modernização da economia.

Do ponto de vista político-administrativo um grande problema era a centralização administrativa que concentrava na Corte as decisões sobre todos os problemas, importantes ou não, de cada uma das províncias. A falta de um Executivo forte e identificado com os interesses provinciais, dificultava a solução dos problemas locais. Os presidentes de províncias eram nomeados pelo Imperador, que os escolhia entre os políticos ligados aos partidos dominantes, sem que

os mesmos tivessem vinculação com as províncias que iam administrar. Muitas vezes eram parlamentares que exerciam a Presidência no período de recesso do Parlamento, ou políticos sem mandatos que eram enviados às províncias como presidentes e, nas eleições seguintes, se candidatavam à Câmara ou ao Senado, com grandes possibilidades de êxito. Em geral o presidente exercia o cargo por poucos meses, sendo substituído pelos vice-presidentes até que chegasse da Corte um novo titular.

Poucos eram os que exerciam o cargo por mais de um ano, o que provocava uma tremenda descontinuidade administrativa. Além disso, desconhecendo os problemas da província, deixavam-se influenciar pelos políticos locais a que estavam mais ligados e muitas vezes conduziam a administração sem levar em conta os interesses da mesma.

Nabuco, que era um monarquista convicto, no fim do período Imperial lembrou a necessidade de se federalizar o Império e dar autonomia às províncias a fim de que a Coroa adquirisse estabilidade. Seu programa porém não foi assimilado nem mesmo pelo seu partido, o Liberal.

Dois grandes problemas políticos abalaram o poder do Imperador, a partir da década de Setenta: a Questão Religiosa e a Questão Militar. A Questão Religiosa estava latente desde o período Regencial, em vista da dificuldade de se conciliar os interesses da Igreja e do Estado, estabelecendo-se um limite entre os poderes Temporal e Espiritual. O impasse atingiu a fase aguda, quando D. Vital Maria, de Pernambuco, Bispo de Olinda, e D. Antônio Macedo Costa, Bispo do Pará, resolveram aplicar decisões de Pio IX condenando a Maçonaria, que não haviam sido ainda aprovadas por D. Pedro II.

O Imperador dificilmente poderia aprová-las no momento em que a Presidência do Conselho se encontrava nas mãos do Grão-Mestre da Maçonaria, o Visconde do Rio Branco. O acirramento da disputa entre os bispos e o Governo provocou a abertura de um processo e a condenação e prisão dos dois bispos, fato que revoltou grande parte da população católica,⁷ mesmo a anistia, concedida aos bispos, em 1875, pelo Gabinete Caxias, não impediu que o Império perdesse o apoio de grande parte da população católica.

A Questão Militar resultou do desejo das Forças Armadas de ocuparem um espaço político mais amplo, e a consciência que tomaram de sua força quando, em 1868, a divergência entre o então Marquês de Caxias, comandante das forças aliadas em luta no Paraguai e o Presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góis e Vasconcelos, provocou a queda do Ministério e a dissolução da Câmara, a fim de que se fizesse um Governo Conservador, correligionário do General. Daí em diante o Exército passou a ter uma participação política cada vez maior, o positivismo passou a ser ensinado na Escola Militar e surgiram atos de insubordinação de oficiais contra o Poder Civil, sem que este tivesse condições de aplicar os próprios regulamentos militares. Até o Barão de Cotegipe, político conservador de maior prestígio, caiu sem ter recebido voto de desconfiança da Câmara, em face de um incidente com o Gen. Deodoro da Fonseca.

Perdendo o apoio da Igreja e das Forças Armadas, restava apenas à Monarquia o apoio dos grandes proprietários de terra, apoio já abalado com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888). Aliás a queda do prestígio já se

iniciara com a abolição do tráfico de escravos, em 1850, e a repressão aos grandes proprietários que tentaram importar africanos clandestinamente.⁸

A situação se complicava à proporção que o Imperador envelhecia, sem ter um herdeiro que o substituísse no Trono. A sucessão se faria através da sua filha, a Princesa Izabel, casada com o Conde d'Eu, Príncipe francês da Casa de Orleans e não muito simpaticizado no país. Daí se dizer que o Terceiro Reinado seria o reinado francês.

Este temor provocou a lembrança, entre alguns políticos, de se evitar o "reinado francês" através de uma modificação na Constituição que transferisse a sucessão em favor do Príncipe D. Pedro Augusto, filho de D. Leopoldina, segunda filha do Imperador, que vivia com o avô, no Brasil. Outros pensavam na sucessão direta para o filho mais velho da Princesa Izabel, D. Pedro, Príncipe do Grão-Pará, que sendo ainda uma criança teria que ficar sob a tutela de uma Regência até a maioridade.⁹ O problema sucessório também fez com que muitos políticos simpáticos à Monarquia aceitassem ou apenas admitissem a República como uma hipótese para depois da morte do velho Imperador. Havia também os que achavam conveniente que ele abdicasse em favor de Izabel antes que o problema sucessório se agravasse.

Todos esses fatos provocaram o enfraquecimento do regime, proporcionando facilidades à propagação se não da idéia republicana, pelo menos da aceitação da República como uma alternativa. Minavam-se, assim, os pilares de sustentação da Monarquia tanto nos meios políticos como nos militares, fato que iria possibilitar, com sucesso, um golpe militar como o de 15 de novembro.

4 – A IDEOLOGIA REPUBLICANA

A ideologia republicana penetrara no Brasil desde às últimas décadas no século XVIII, sobretudo nas elites; eram republicanos os inconfindentes de Vila Rica, em 1789, quando imaginaram a libertação das Minas Gerais, que atravessavam uma grande crise econômica e uma forte pressão do fisco. A Revolução Americana era apontada como um exemplo a se seguir e estudantes brasileiros que viveram na Europa, como José Álvares Maciel, chegaram até a contactar autoridades americanas no sentido de apoiar uma revolta no Brasil.

Em 1801 a Conspiração dos Suassunas, em Pernambuco,¹⁰ mostra que ricos senhores-de-engenho pensavam no apoio francês para um levante que libertasse a sua terra de Portugal e, em 1817, o Recife sediou o primeiro Governo republicano na América do Sul.

Apesar de a Independência ter sido feita em 1822 com uma opção pela Monarquia, eram numerosos os grupos de republicanos que militavam na luta pela Independência, como Gonçalves Ledo, no Rio de Janeiro, e Gervásio Pires Ferreira, em Pernambuco. Na Maçonaria, era numeroso o grupo de republicanos e, mesmo após a Independência, governos republicanos funcionaram por curtos períodos em território brasileiro, como a Confederação do Equador, em Pernambuco, a República Baiense, na Bahia, a República Juliana, em Santa Catarina, e a de Piratini, no Rio Grande do Sul. Consolidado o Império, houve, naturalmente, um recuo das idéias republicanas, levando-se em conta tanto o exer-

cício do poder pelo Imperador como a diferença entre a estabilidade dominante no Brasil e a instabilidade que caracterizou a América Espanhola. Nesse período até os políticos que tinham idéias republicanas, quando no Parlamento comportavam-se como se fossem monarquistas ou ficariam isolados.

Só quando o Império começou a declinar, a partir de 1870, é que os republicanos se aglutinaram em sociedades, imprimiram jornais e se organizaram em um Partido que disputava votos aos velhos partidos monarquistas, o Liberal e o Conservador. Mas o Partido, surgido em consequência da Convenção de Itu, nunca teve uma bancada expressiva na Câmara dos Deputados, embora contasse com a simpatia da ala esquerda do Partido Liberal, onde militavam Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Afonso Celso. Na fase final do Império, ao ser levantada a bandeira da Federação, numerosos deputados liberais se confundiram com os republicanos.

Desejando o poder, os republicanos foram muito pragmáticos, evitando se incompatibilizar com os grandes proprietários e se aproximando dos militares. Assim, na Questão da Abolição, os republicanos, como bloco, como Partido, não participaram ativamente da campanha, apesar de numerosos jornalistas a eles ligados serem militantes abolicionistas. Na luta pela Abolição falava-se em abolicionistas republicanos e abolicionistas monarquistas, mas o Partido Republicano, como partido, não se posicionou. Esta atitude fez com que numerosos proprietários de escravos, quando se sentiram desprotegidos pela Monarquia, apoiassem ou ficassem indiferentes à implantação da República.

Quanto aos militares, eles não só demonstraram simpatia pelas reivindicações das Forças Armadas, como se aproximaram de militares positivistas que praticamente pregavam idéias republicanas nas escolas em que ensinavam. Benjamim Constant, como professor, e Euclides da Cunha como aluno foram declaradamente republicanos. Na Marinha, Almirantes como Eduardo Wandenkolk e Custódio José de Melo, também tinham idéias republicanas, fazendo com que a Armada, onde a oficialidade era formada por pessoas saídas das classes mais altas, não tivesse reagido ao golpe desfechado pelo Exército, a 15 de novembro.

Todos estes fatos conduziram ao 15 de novembro e fizeram com que o Imperador, que nos últimos meses de Governo perdera o controle da situação, se surpreendesse com a Proclamação da República. O seu alheamento chegara a tal ponto que com a queda do Gabinete João Alfredo ele convocou para formar um novo gabinete o Visconde de Ouro Preto, homem que não inspirava confiança ao Exército e que tinha posições muito rígidas, de difícil diálogo. Tanto não tinha condições de dialogar com os que punham em perigo a ordem estabelecida, como não teve a coragem de promover as reformas que eram exigidas pelo grupo mais avançado do Partido Liberal. Nem o projeto de Federação das províncias, defendido por Joaquim Nabuco, foi incluído em seu programa de Governo.

No dia 15 de novembro, Pedro II, que se encontrava em Petrópolis, ao saber do levante militar não se informou sobre a natureza do mesmo, julgando tratar-se apenas de uma revolta para depor o Ministério, passou a convidar políticos para formar um novo Governo que substituísse o de Ouro Preto. Entre os políticos convidados encontrava-se o Conselheiro Saraiva, inimigo de Deodoro, o chefe do golpe vencedor. Ao compreender a gravidade da situação, em lugar

de permanecer em Petrópolis e procurar aglutinar as forças que lhe eram fiéis para marchar sobre o Rio de Janeiro e enfrentar os rebeldes, o Imperador desceu a serra ficando à mercê dos rebeldes que o destronaram e o exilaram. E o Império caiu praticamente sem resistência.

5 – ESTRUTURAÇÃO DA REPÚBLICA

O povo assistiu estupefato à Proclamação da República; na verdade, deposto o Imperador, formou-se um Governo Provisório que procurou implantar o sistema republicano. Mas como pensavam e agiam os republicanos de posse do poder? Entre estes havia os republicanos históricos, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Quintino Bocafuva, Silva Jardim, etc. que não possuíam grandes afinidades ideológicas a não ser quanto à opção entre a República e a Monarquia. Prudente de Moraes e Campos Sales, ligados à oligarquia cafeeira em expansão, eram tão conservadores quanto os políticos do Império, enquanto Silva Jardim tinha posições as mais radicais.

Os positivistas eram numerosos nas Forças Armadas, onde se destacava Benjamim Constant, e no Rio Grande do Sul, onde o caudilho Júlio de Castilhos e seu discípulo Borges de Medeiros imprimiriam uma administração bem diversa da dos demais estados brasileiros. Aos militares positivistas juntaram-se militares pragmáticos que serviam fielmente ao Império mas tinham grandes ressentimentos diante das questões políticas que atingiram vários deles nas décadas de Setenta e de Oitenta.

Aos republicanos, civis e militares, juntaram-se os adesistas que antes se mostravam indiferentes à sorte do Império, como Rui Barbosa, ou que eram monarquistas de prestígio, como Saraiva e o Barão de Lucena. Poucos foram os políticos que permaneceram fiéis ao Imperador e organizaram o Diretório Monárquico, esperançosos de um fracasso da República e desejosos da Restauração. Não foram porém militantes ativos, ficaram esperando que os fatos os conduzissem, naturalmente, à volta ao poder, e ficaram nostálgicos à espera das ordens da Princesa Isabel.¹¹

A Constituição de 1891, elaborada sob a direção de Rui Barbosa e em grande parte influenciada pela Constituição norte-americana, consagrou a autonomia dos estados e ensejou um período republicano relativamente estável, de quase quarenta anos, em que os políticos de São Paulo e de Minas Gerais, produtores de café e de leite, respectivamente, dominassem o país. Foi uma República tão conservadora quanto a Monarquia, na qual agraristas e industrialistas disputavam a condução da política econômica, mas as classes proprietárias, ligadas ao latifúndio, controlaram o poder. Esse poder só começaria a ser contestado na segunda década do século XX, pelo movimento anarco-sindicalista, e na década seguinte pelos jovens tenentes.

Assim, uma República conservadora, abolindo a centralização imperial e os títulos de nobreza, continuou a desenvolver a política do Império, sem tocar nas velhas estruturas, senão para modernizá-las.

6 – A OLIGARQUIA E OS INTERESSES REGIONAIS

Para concluir é interessante salientar que o regime republicano caracterizou-se pelo fortalecimento da oligarquia fundiária, em nível local e estadual. Como os governadores ou presidentes dos estados eram eleitos, passaram os coronéis do interior — e a população brasileira, até 1930, era eminentemente rural — a ter uma grande influência na escolha dos mesmos. Eles controlavam as eleições, feitas então “a bico de pena”, e conduziam ao poder os candidatos que merecessem a sua confiança. Não havendo uma Justiça Eleitoral especializada, os diplomas de deputados e senadores eram reconhecidos pela própria Câmara, permitindo, que se fizessem expurgos confirmando mandatos de políticos que haviam tido votação inexpressiva, contra a anulação dos votos daqueles, que haviam tido votação expressiva. Daí figurarem entre as reivindicações dos tenentes que fizeram a Revolução de 30, a concessão do direito de voto às mulheres, a criação de uma Justiça eleitoral e o sufrágio universal. Com estas medidas esperavam, ingenuamente, “salvar” o país.

O fortalecimento da autonomia estadual contribuiu para que Campos Sales instrumentalizasse a chamada política dos governadores; através dela os governadores faziam o Presidente e o Presidente fazia os governadores. Através dessa política também os estados com maior população e número de eleitores passaram a controlar a Presidência da República — São Paulo e Minas — enquanto estados de menor importância — Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro — davam os vice-presidentes. O Rio Grande do Sul, com sua Constituição positivista, mantinha-se afastado do poder central, e aos estados de menor expressão política cabiam os cargos de menor importância.¹²

Observa-se, então, com a Proclamação da República, que ocorreu no Brasil aquilo que Lapeduza pôs na boca de um seu personagem — “é necessário fazer mudanças, para que as cousas continuem como estão”. Com a República as estruturas econômicas e sociais foram mantidas e sustentadas pelas novas estruturas políticas. O país continuaria a caminhar lentamente e só após a Revolução de 30 é que seriam feitas algumas modificações mais expressivas que permitissem o desenvolvimento industrial e que abrissem espaço para os grupos comerciais e industriais urbanos. A oligarquia não se viu despojada do poder mas teve que compartilhá-la com outros setores da classe dominante.

NOTAS

- 1 LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência, 1821-1822*. Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1928 e D. Miguel no Trono (1828-1833). Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.
- 2 *Um Estadista do Império* (2 volumes). Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1936
- 3 PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Editora Massangana, Recife, 1982.
- 4 DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- 5 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*, 5ª edição. Editora Atlas, págs. 124/129. São Paulo, 1986

- 6 REBELO, Edgard de Castro. *Mauá*. Restaurando a Verdade. Editora Universo. Rio de Janeiro, 1932.
- 7 ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo, o Estadista da Abolição*, págs. 119/132, Editora Massangana, Recife, 1988
- 8 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, Vol. I, págs. 159/163.
- 9 ARAGÃO, Pedro Muniz de. Cartas do Conselheiro João Alfredo à Princesa Izabel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 260. Rio de Janeiro, 1964.
- 10 ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos Nativistas em Pernambuco*. Setembrizada e Novembrada, págs. 16/20. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1971.
- 11 ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo, o Estadista da Abolição*, págs. 249/255. Editora Massangana, Recife, 1988.
- 12 LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A Verdade sobre a Revolução em Outubro*. São Paulo, Unitas, 1933.